

PROJETO DE LEI Nº /2003
(Do Sr. Inaldo Leitão)

Dá nova redação ao inciso IV do Art. 41 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público -, e ao § 1º do art. 370 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal -, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O Inciso IV do Artigo 41 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 41
IV – receber intimação em qualquer processo e grau de jurisdição pelos mesmos meios processuais utilizados para intimar as demais partes.” (NR)

Art. 2º - O § 1º do artigo 370 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal -, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 370
§ 1º - A intimação do Ministério Público, do defensor constituído ou nomeado, do advogado, do querelante e do assistente far-se-à por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena da nulidade, o nome do acusado”. (NR)

Art. 3º - Fica revogado o § 4º do art. 370 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor no prazo de trinta dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

Dentre os princípios constitucionais, consagrados pela nossa Carta Magna, merece especial destaque o chamado princípio da isonomia processual.

Acha-se insita nesse conceito uma concepção de justiça instrumentária que passa, necessariamente, pela noção de equilíbrio de oportunidades entre aquele que acusa e aquele a quem se acusa. Essa condição de paridade de armas dialéticas encontra raízes profundas na concepção do justo, segundo a moralidade e a axiologia da sociedade humana contemporânea.

Por isso que, na dinâmica do processo, cabe ao Estado-Juiz não apenas estimular a participação efetiva daqueles que são os sujeitos processuais, mas, também, fazer cessar qualquer eventual desigualdade, na consecução da par conditio, do efeito equilíbrio de situações recíprocas como são, no processo penal, as dos ofícios de acusar e defender.

Ora, no nosso sistema processual penal, em que são partes formais no processo o acusador (público ou privado) e a defesa técnica, ocorre manifesto desequilíbrio, consubstanciador mesmo de ofensa a princípios constitucionais (art. 5º, LIV e LV da C. F.), uma vez que Ministério Público e Defesa(e também acusador privado) recebem tratamento diverso da lei, no que toca à intimação para os atos do processo.

Os advogados são intimados fictamente (por presunção), através de publicação do ato na imprensa específica (art. 370, § 1º, do Código do Processo Penal), ao passo que o promotor de justiça recebe tratamento privilegiado, isto é, só pode receber intimação real, através da entrega pessoal dos autos em que se lhe abra “ vista “ (art. 41, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993).

Sendo superior o direito de liberdade da pessoa humana, que o advogado de defesa patrocina, bem acima do direito de encetar a persecução penal, é incompreensível que se privilegie a acusação, aceitando-se a ciência presumida de ato processual pela defesa, ao mesmo tempo em que se exige a intimação direta e real do titular da ação penal pública.

Tal situação rompe a noção de paridade de armas, essencial à dialética processual penal democrática, cujo postulado fundamental é a igualdade de oportunidades para as partes.

O atual sistema tem permitido à acusação pública dar ciência do ato processual nos autos, segundo suas próprias conveniências, na data que bem entende, assenhorando-se, assim e indevidamente, do marco inicial dos prazos processuais.

Tal prática representa inadmissível privilégio, afrontoso à simetria

processual das partes, preconizada por princípios constitucionais.

Em suma, não é - nem pode ser - o Ministério Público senhor dos prazos processuais.

Disposição em sentido contrário importa aberta afronta à Constituição Federal.

Urge, por isso, restabelecer a igualdade das partes no processo, com o que estar-se-á dando observância fiel aos princípios constitucionais que informam as garantias processuais do cidadão.

Por fim, a intimação diferenciada – porque pessoal e complexa – dos membros do *Parquet* é fator de delongas na marcha processual, que todos queremos célere e pronta.

A presente proposição foi apresentada anteriormente pelo ex – deputado José Roberto Batochio e foi arquivada.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2003

Deputado **Inaldo Leitão**